

# Reforma Curricular

## *Delineando caminhos e construindo perspectivas*

*Cláudia Dansa\**

*Fátima Guerra\*\**

A introdução das últimas mudanças curriculares da UnB data de 1988, por iniciativa do Decanato de Graduação. Nessa época, todos os Institutos e Faculdades revisaram seus currículos e apresentaram suas novas propostas curriculares, incluindo as disciplinas obrigatórias e optativas e também as do chamado “Módulo Livre”, o elemento inovador, recém-criado.

Movimento semelhante ocorre agora, com a Resolução 219/96, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que “altera o Artigo 5º da Resolução do CONSUNI 27/87, que dispõe sobre o número máximo de créditos obrigatórios a serem integralizados em cada curso. As alterações substanciais dessa Resolução dizem respeito aos parágrafos 5º e 6º. No primeiro é dito que o número de créditos do currículo pleno de cada curso só poderá exceder em 10% o total de créditos estabelecidos para o currículo mínimo do curso. Já o segundo afirma que o número de créditos de disciplinas obrigatórias e obrigatórias seletivas a serem integralizadas em cada curso não poderá ultrapassar 70% do total de créditos do currículo pleno.

O acima descrito obriga a realização de mudanças no curso de Pedagogia. Se tomarmos como parâmetro apenas a questão dos

---

\* Professora Assistente da Universidade Federal de Uberlândia.

\*\* Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

créditos, em linhas bem gerais podemos dizer que temos que reduzir o total de 180 para 160 créditos. Mas isso não é tudo. Para cumprirmos o disposto no parágrafo 6º da citada Resolução, temos que reduzir alguns créditos obrigatórios nas diferentes habilitações. Isto é, 26 na habilitação Magistério para Início de Escolarização (diurno), 36 no caso de oferta da mesma habilitação no período noturno. Reduções de 10 créditos serão necessárias para cada uma das seguintes habilitações: Administração Escolar e Orientação Educacional. No caso da habilitação Magistério para Educação Especial, o número de créditos obrigatórios a serem reduzidos é 30.

Na tentativa de operacionalizar as reformas curriculares exigidas pela referida Resolução, a coordenação de graduação da FE, realizou, no início de maio próximo passado, uma reunião geral da Faculdade, que contou com a presença de cerca de 50 professores. Nela, o coordenador expôs sucintamente a situação como um todo. Diante dos dados, discutiu-se amplamente, nessa reunião, se deveríamos simplesmente fazer os “cortes” de créditos solicitados, ou se não seria a hora de aproveitarmos essa oportunidade para olharmos o currículo como um todo e aprofundar a discussão no sentido da realização efetiva de transformações curriculares mais profundas, que seriam necessárias em função não só de exigências vindas do CEPE, mas também das observações internas da FE de que seu currículo precisava ser reavaliado, bem como das mudanças decorrentes da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que exigem adaptações não só do curso da FE, mas dos cursos de Pedagogia, de maneira geral, no Brasil.

Embora todos reconhecessem a necessidade de modificações mais profundas, duas propostas se delinearam nesta reunião:

1) Que se fizessem os cortes sugeridos pelo CEPE, organizando para tanto uma pequena comissão que cuidasse de propô-los e, posteriormente, se pensasse em mudanças mais profundas.

2) Que não se fizessem já estas mudanças, mas se solicitasse ao CEPE um dilatamento de prazo para que pudéssemos realizar as mudanças definitivas.

No primeiro caso, as sugestões viriam das habilitações, dos departamentos e dos alunos, e seriam operacionalizadas por uma pequena comissão.

No segundo caso, teríamos que definir as instâncias representativas e a forma de organização do grupo que construiria a nova proposta.

Após longa discussão, ganhou, por ampla maioria, a segunda proposta, e foi eleita, na reunião, uma comissão executiva para coordenar alguns trabalhos específicos.

Essa comissão, composta originalmente pelo coordenador de graduação e por professores dos três departamentos, iniciou seus trabalhos tentando organizar diversas atividades de forma que pudesse envolver toda a FE no processo de discussão, visualização e realização de mudanças necessárias. Seguindo o recomendado na reunião geral da Faculdade, anteriormente descrita, a comissão reuniu-se com o Decano de Ensino de Graduação, Professor Rogério Aragão, para mostrar a necessidade de uma extensão de prazo para a FE, já que a previsão do CEPE era a de que os novos currículos passassem a vigorar a partir do segundo semestre de 1997.

Muito embora o Decano tenha deixado claro que a decisão sobre a reforma curricular era do CEPE e não dele, recomendou que a FE tentasse ao máximo concluir seus trabalhos o quanto antes e, caso visse que efetivamente não cumpriria o prazo estabelecido, encaminhasse uma justificativa ao CEPE da qual já constasse um cronograma de atividades e um prazo final para a conclusão dos trabalhos. Com isso, o Decano deixou igualmente claro que não desencorajava as reformas mais profundas necessárias à FE, mas achava importante que essa não se alienasse do processo da UnB como um todo, e, para ele, tudo não deveria ultrapassar o prazo máximo de seis meses.

Uma outra providência inicial da comissão executiva foi se reunir com representantes dos alunos para explicar as nuances do processo vivenciado pela FE, e, após a realização de um fórum comum, estes pediram para estarem representados na comissão executiva, incorporando-se como representantes das habilitações, o que foi aceito

de imediato. Posteriormente, foi organizado pelos alunos um “Fórum de alunos”, por habilitação onde, com a ajuda de professores das respectivas áreas, foi feita uma ampla discussão sobre funcionamento, problemas e necessidades de mudanças das diferentes habilitações do curso de Pedagogia.

Visando informar a todos sobre as discussões mais amplas relativas à questão mais geral da formação do professor e do curso de Pedagogia, em particular, a referida comissão organizou duas palestras abertas a toda FE e demais pessoas interessadas. A primeira, proferida pela Profª Iria Brzezinski versou sobre os currículos de Pedagogia e suas tendências em nível nacional na formação do pedagogo. A segunda, da Profª Ilma Veiga, foi um relato de pesquisa sobre o curso de Pedagogia na UnB e feita em duas outras Universidades públicas.

Após estes subsídios realizou-se uma outra reunião geral de avaliação do andamento das discussões e das ações. Nela foi sugerido que cada grupo da Faculdade que tivesse um trabalho específico pudesse apresentá-lo para o conjunto dos professores para que nos situássemos, como instituição, com nossas peculiaridades e diversidades, e pudéssemos partir para o reconhecimento dos fóruns que dariam representatividade às propostas de mudanças. Assim, começou-se pelas habilitações, que expuseram em linhas gerais seus objetivos, históricos e um pouco do trabalho realizado pelas mesmas: Orientação Educacional, Ensino Especial, Magistério para início de Escolarização foram apresentadas juntamente com as habilitações bloqueadas, mas ainda em funcionamento, Magistério das matérias pedagógicas de 2º grau e Administração Escolar. Posteriormente apresentaram-se as áreas de pesquisa ou campos de trabalho, incluindo Educação Ambiental, Linguagens Audio-visuais, Formação continuada de professores (Projeto Progresso). Em seguida, apresentaram-se também as linhas da pós-graduação: Formação de Professores, Gestão e Políticas Públicas, Novas Tecnologias (como área em construção).

Uma vez findo este processo que demorou três reuniões, decidiu-se, a partir dos subsídios dados pelo mesmo, que deveria ser organizada uma comissão para elaborar uma proposta curricular, e que, nesta comissão seria importante que estes grupos estivessem

representados de alguma forma. Também foi consensual que esta comissão não teria poder deliberativo e que a proposta deveria ser submetida e votada no fórum geral.

Foi debatido que a forma como os fóruns de discussão e representação deveriam se organizar deveria transcender a estrutura departamental, as habilitações e a dicotomia graduação/pós-graduação. Também foi levantada a importância de que os alunos e ex-alunos tivessem algum tipo de participação no processo, sendo representados, e que seria importante que representantes do poder público também se manifestassem neste processo, não propriamente na comissão, mas com debates que também ajudassem a subsidiar o processo.

Assim, numa primeira aproximação, organizaram-se os seguintes fóruns, dos quais deveriam sair os representantes que comporiam a comissão de elaboração da nova proposta:

- 1) Formação de professores e especialistas - englobando a área análoga da pós-graduação e as diferentes habilitações e possivelmente representantes da licenciaturas;
- 2) Gestão e políticas educacionais - englobando as áreas de gestão e políticas públicas da pós-graduação e todas as disciplinas que dizem respeito aos fundamentos da educação, bem como administração escolar (como especialização e habilitação bloqueada)
- 3) Formação continuada de professores - constituída pelos cursos do “Projeto Progresso” e representantes do Esquema I;
- 4) Tecnologias educacionais - incluindo a área emergente da pós-graduação e a habilitação bloqueada de Tecnologia Educacional;
- 5) Educação Ambiental - que, dado o seu caráter ao mesmo tempo amplo e peculiar, não teve, a princípio, muita clareza de sua inserção nos demais grupos;
- 6) Os alunos- onde não houve clareza da forma de participação.

Após essa tomada de decisão, esses resultados foram levados para os departamentos, com o intuito de se discutir como operacionalizá-los.

Neste momento, porém, o semestre foi interrompido pelas férias e o processo também, não havendo tempo de se organizar uma reunião geral para se conhecer as discussões e posicionamentos dos departamentos.

Sabemos que na reunião do TEF levantou-se que as áreas de Tecnologia Educacional e Educação Ambiental deveriam ser incorporadas às demais, o que foi considerado justo, ao menos do ponto de vista da Educação Ambiental que vê possibilidade de participação nos grupos 1 e 2. Quanto à participação dos alunos ainda não foi claramente discutida com os mesmos, embora estes estejam prioritariamente categorizados por habilitação. Existe a possibilidade de que estejam representados nos fóruns 1, 2 e 3 de acordo com suas características e interesses, mas cabe descobrir como estarão representados na comissão de elaboração da proposta. Sem dúvida, seria extremamente importante que, no todo das discussões, a dicotomia professor-aluno fosse também transcendida.

E agora?

Concluindo esse trabalho, gostaríamos de apresentar algumas reflexões, a partir da vivência do processo aqui descrito, como comissão executiva. Antes, porém, registramos uma urgência urgentíssima de todos nós: há que se retomar já os trabalhos iniciados no semestre anterior. Parece-nos que o passo inicial é fazermos mais uma reunião geral da FE, talvez a última desta etapa antes das deliberações finais, para a retomada do processo. Há que se revisar os fóruns sugeridos - continuam os mesmos ou há outros mais? Como vamos legitimá-los? De que maneira eles serão organizados e como trabalharão? Temos, também, que construir um calendário de trabalho que não pode ultrapassar novembro, para que possamos responder ao compromisso assumido com o CEPE.

Ao nosso ver, os referidos fóruns precisam ainda ser mais claramente definidos, e a urgência é inegável, mas estamos nos aproximando, cada dia mais, de uma configuração representativa dos diversos pensamentos presentes na FE, e que, em última instância, são aqueles que viabilizam a operacionalização dos componentes teóricos do currículo.

Reconhecemos, todavia, que, como em todo processo, a inércia pode nos levar a prosseguir nos caminhos antigos ou simplesmente estacionar no processo de reflexão sobre as mudanças, abandonando-as. Será isso o que queremos? É isto que nós, professores e alunos, merecemos? E o que dizer sobre os futuros alunos dos nossos alunos e do nosso compromisso com a sociedade mais ampla, como profissionais da educação?

Nós, comissão executiva, apostamos num cenário diferente. Queremos crer que somos capazes de nos renovar através, entre outros, da reformulação do nosso currículo e da forma de organização do nosso trabalho, que vai além, muito além, da eliminação de alguns créditos do nosso currículo de graduação.

Permanecer só nas discussões e reflexões é negarmos muito da caminhada desta FE ao longo dos seus trinta anos. É ainda criar os próprios caminhos da imobilização interna e do descrédito frente ao conjunto da UnB, uma vez que foi praticamente consensual que solicitássemos tempo para uma reformulação mais profunda de nossa estrutura curricular.

Como balanço final, podemos nos perguntar: O que nos norteia daqui para frente a partir desta discussão?

Poderíamos listar as seguintes reflexões saídas do conjunto das reuniões gerais:

1) A necessidade de que o currículo seja repensado de maneira ampla, levando em consideração nossas especificidades mas também as mudanças gerais em nível nacional no campo e no perfil do pedagogo.

2) Que no caso dos cursos que não dizem respeito à Pedagogia diretamente, mas dos quais a Faculdade de Educação participa, também estas mudanças maiores em termo de legislação e perfil estejam interferindo.

3) Que o currículo não seja pensado só pelos professores, mas com a participação dos alunos e ex-alunos.

4) Que seja redefinido o papel do pedagogo formado pela FE no sentido de se ter mais clareza sobre o papel da docência e das especialidades, o mercado para o qual se dirige (incluindo ou não os

mercados público, privado e a opção de profissional autônomo, como no caso do ensino especial ) e que a filosofia norteadora do currículo seja coerente com esta formação.

5) Que a pós-graduação, tanto em nível de especialização como de mestrado seja pensada também nas suas articulações com a graduação.

6) Que áreas como Tecnologia Educacional e Educação Ambiental encontrem tanto em nível de graduação como de pós sua inserção na formação dos profissionais da educação.

7) Que as mudanças curriculares possam ser pensadas em sintonia com as mudanças necessárias na infra-estrutura da FE.

8) Que as discussões transcendam as rixas pessoais e a defesa do território disciplinar e departamental ou mesmo de área, e tenham como foco a formação do futuro profissional.

Com estes pressupostos em mãos, resta-nos agora dar continuidade ao trabalho. Estamos dispostos a isto e abertos para a mudança? Acreditamos que sim.

Enquanto escrevíamos este artigo, uma nova reunião geral aconteceu, no dia 26 de agosto de 1997. Nela organizaram-se, após um amplo processo de discussão, duas comissões de trabalho, com doze membros cada uma, para sistematizar os aspectos da nova proposta curricular relativos a objetivos, finalidades, perfil e princípios político-pedagógicos do currículo, por um lado, e os aspectos mais ligados à organização curricular, por outro. Embora dividido em dois grupos, estes estarão trabalhando simultaneamente e em sintonia. Fazem parte dessas comissões representantes dos fóruns definidos anteriormente. Essa sistematização deverá estar pronta até o dia 23 de setembro, quando então realizar-se-á uma nova reunião geral para debater e articular os diversos aspectos da nova proposta. Para o mês seguinte, consta ainda do cronograma de trabalho a organização de um grupo para sistematizar os aspectos relativos aos recursos humanos, físicos e materiais necessários para viabilizar a nova proposta, bem como as formas de implantá-la.

Isto, a nosso ver, demonstra que o interesse pela mudança continua e que a nós, enquanto integrantes da FE resta apostar no sucesso deste processo.

#### RESUMO

Este artigo relata as atividades que estão sendo realizadas na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília visando a reformulação do currículo do curso de graduação em pedagogia. Esclarece que se busca, para além de uma mera redução de créditos, uma solução qualitativa para esse novo currículo.

#### ABSTRACT

This paper describes the activities developed at the Faculty of Education of the University of Brasilia in order to reformulate the curriculum of undergraduate studies. Regarding this new curriculum, it argues in favor of qualitative solutions rather than reduction of credits.

